

Dominação e auto-construção de si no consumo midiático: identidade e aculturação como mediadores entre o macro e o microsocial.

Discusión em Teoria Social

GT 03 Producción, consumos culturales y médios de comunicación.

NELSON ROSÁRIO DE SOUZA¹

Resumo:

O debate sobre a relação entre mídia, sujeitos e poder, contrapõe duas perspectivas: de um lado os que valorizam as práticas cotidianas e a capacidade reflexiva dos públicos, de outro aqueles que priorizam a dimensão estrutural da dominação. A partir da constatação de que os atores sociais estão envolvidos por formações relativamente estáveis de poder e também possuem capacidade de auto-construção comunicativa de suas identidades, o presente projeto propõe a articulação das dimensões macro e microsociológicas a partir da readequação das concepções de poder e identidade.

A abordagem sugerida poderá contribuir para reflexão sobre o papel da mídia nos embates públicos marcados, ao mesmo tempo, por arranjos de poder relativamente estáveis, e por resistências proporcionadas pela formação de identidades plurais.

Palavras-chave: Macro e microsociologia, mídia.

I – Poder e resistência no consumo midiático.

Diferentes intelectuais militam pela reaproximação entre a sociologia e a ‘comunicação’ (Maigret, 2004 e 2010), (Girardi, 2007), e (Wolff, 1999). Existe o receio de que tal reaproximação gere um fechamento analítico (Marcondes F., 2008). Mas Maigret argumenta que a sociologia se renovou: “redescobriu a comunicação como elemento fundador” das relações sociais, via tematização do ‘espaço público’, do envolvimento com os ‘Estudos Culturais’ e do conceito de reflexividade (Maigret, 2004, p.113). As ‘novas sociologias’ (Corcuff, 1995) valorizam a dimensão criativa das práticas sociais, o conflito, e as ‘oscilações identitárias’. Essas mudanças apontam a necessidade de relacionar o micro e o macrosocial.

Qual a possibilidade de articulação entre micro e macrosociologia para análise da mídia? É possível pensar o poder e, ao mesmo tempo, a resistência na produção e ‘consumo’ midiático? Os conceitos de aculturação e identidade podem funcionar como mediadores entre construtivismo e a abordagem que enfatiza as formações históricas de poder?

As controvérsias sobre o significado sócio-político dos processos de comunicação contrapõem os que valorizam a criatividade do receptor das mensagens e sua capacidade de construir sentidos autônomos àqueles que enfatizam a dominação no consumo midiático. O debate envolve aliados do construtivismo versus intelectuais estruturalistas. No centro da discussão está a equação: atores sociais, mídia e poder.

¹ Professor da UFPR – Brasil. A participação no XXIX Congresso ALAS contou com o financiamento da PRPPG/UFPR. O presente trabalho contou com financiamento da CAPES. Contatos nrdsouza@ufpr.br.

É plausível dividir os estudos sobre mídia, cultura e poder em dois campos. O que os diferencia é a variável explicativa para os fenômenos em jogo. O primeiro grupo coloca ênfase no papel desempenhado pelas estruturas de dominação ideológica (Granjon & Paris, 2009) (Girardi, 2007), o segundo valoriza a construção de sentido pelos atores via apropriação dos conteúdos midiáticos, procedimentos ancorados em contextos culturais variados e numa pluralidade de elaborações identitárias (Maigret, 2010) (Macé, 2006) (Bourcier, 2006) (Martin-Barbero, 2006) (Orozco, 2001).

O primeiro grupo analisa como os conflitos pelos meios de produção se refletem na posição social ocupada pelas classes e na apropriação desigual da cultura e produtos midiáticos. Não se trata de restabelecer um determinismo da infra-estrutura, a construção da hegemonia é vista como um jogo tenso com margem para contestações. De todo modo, as contradições expressas nos produtos da mídia e nas formas de sua expropriação têm, a partir deste ponto de vista ancorado em Gramsci e Bourdieu, relação com a reprodução ideológica da classe dominante (Granjon & Paris, 2009).

Do outro lado os estudos de recepção latino-americanos e da sociologia da ‘mídiacultura’ na França criticam a herança elitista e miserabilista da sociologia crítica à Indústria Cultural. A preocupação é entender o fenômeno moderno de acesso generalizado aos bens culturais e midiáticos. A produção da mídiacultura não é simples, ela não se ocupa da mera reprodução funcional da ordem. Ela opera o jogo tenso entre conservação e inovação. As mídiaculturas são ambíguas, abertas à diversidade, propõe mitos, a partir do material que emerge do social. Sob a forma de mitos elas oferecem problemas à sociedade desigual, assimétrica, problemas que solicitam novas mediações (Macé, 2006). Dá-se importância às pequenas resistências cotidianas, à capacidade do indivíduo de construir sentido frente à mídia. A mediação midiática é uma entre outras fontes de construção da realidade social, não se trata mais de ver os efeitos da mídia sobre a sociedade, mas, de analisar como a realidade social conflituosa se oferece à mediação midiática e como a mídia, com suas especificidades, participa deste conflito. Privilegia-se a apreensão da pluralidade dos públicos, ou seja, dos contra públicos subalternos. O olhar está nas novas lutas por reconhecimento que emergem na esfera pública ampliada valorizando a reflexividade dos indivíduos a partir de suas identidades e contextos sócio-culturais.

Os dois lados, apesar dos antagonismos, reivindicam a herança dos ‘Estudos Culturais’ ingleses. As apropriações são comuns, mas, de partes distintas da obra o que gera críticas cruzadas. Os estruturalistas colocam ênfase nos conceitos de ideologia e de luta de classes, ao abordarem o tema da hegemonia; ao passo que os outros privilegiam as micro-resistências cotidianas dos públicos subalternos e as tensões que envolvem a construção de hegemonias precárias no campo cultural. Eles não recorrem à concepção de ideologia e relativizam o conceito de classe frente às novas identidades ligadas a: gênero, raça, geração, sexualidade, espaço etc.. A ênfase é colocada nos novos conflitos identitários da esfera pública ampliada.

Os estudos de recepção e de mídiacultura vêm sendo criticados por tirarem do foco os ‘meios’ e concederem poder exagerado aos receptores (Girardi, 2007), teriam perdido de vista os efeitos ideológicos do processo comunicativo massificado (Granjon & Paris, 2009). Mesmo Martin-Barbero, numa revisão dos estudos de recepção, adverte sobre o erro de desvalorizar os ‘meios’ e o risco idealista “de crer que o leitor faz o que lhe der vontade, (...) há limites sociais muito fortes ao poder do consumidor” (1995, p.55). O olhar microsocial teria perdido de vista os processos de dominação.

A contra crítica denuncia a fragilidade teórica e política da ‘ideologia’, pois, não ofereceria suporte para apreensão da reflexividade dos novos públicos e das relações de poder nas lutas identitárias (Bourcier, 2006).

O eixo do debate é concepção de ‘poder’. As perspectivas se vêm como excludentes. Olhar as construções ideológicas que propiciam hegemonia ampla e duradoura da classe dominante impediria a percepção das lutas localizadas e deslegitimaria os novos atores. É manifesta a resistência em reproduzir análises estruturalistas que determinam antecipadamente e de fora o caráter das relações

entre os indivíduos e a mídia. Assim como, valorizar as práticas autônomas de construção de sentido levaria à perda de percepção dos constrangimentos mais amplos ligados à dominação de classe, dificultando a formação de resistências coletivas, ou seja, comunidades de luta fundadas em identidades universais.

Entendo que é possível articular ferramentas teóricas das duas perspectivas para melhor apreensão dos fenômenos comunicacionais em toda sua extensão, do micro ao macrossocial, pois, os indivíduos experimentam o constrangimento dos dispositivos de poder no consumo midiático, mas, possuem capacidade reflexiva para redefinir os sentidos em jogo, reelaborar suas identidades e tencionar as disputas públicas (Morley, apud Maigret, 2010).

É preciso uma concepção ampliada de poder e de democracia, capaz de relacionar os conflitos de identidade, lutas que emergem no jogo entre diferenças e igualdade no campo microssocial, com as relações de poder presentes em formações discursivas relativamente estáveis de dominação. Nossa hipótese principal é de que os conceitos de identidade e de aculturação poderiam funcionar como ponte desta articulação; mas, somados a um olhar duplo, por um lado, capaz de caracterizar e analisar as formações discursivas descontínuas, mas, associadas ao contexto histórico específico, de outro, voltado para observação das práticas de construção da subjetividade, não como atividade exterior ao poder, mas, enquanto construção de si proporcionada pelo próprio jogo das relações de poder (Foucault, 1984b) (Foucault, 1985) (Revel, 2005).

Enfim, é preciso fazer o uso combinado de ferramentas teóricas de alcance mais amplo, como ‘formações discursivas’ e aquelas úteis à análise dos conflitos cotidianos de identidade, tais como: reflexividade e construção de si.

II. Comunicação e sujeito.

As primeiras abordagens sobre comunicação estiveram limitadas pela ideia de indivíduo passivo, massificado e fragilizado diante do poder manipulativo dos meios técnicos (Wolf, 1995), tratados como fetiche. O elitismo da teoria hipodérmica conduziu ao discurso de proteção dos indivíduos contra o ‘perigoso’ “consumo autônomo dos meios de comunicação” (Maigret, 2010, p.80). Comunicador e receptor apareciam descontextualizados de suas culturas. A concepção de indivíduo desprovido de reflexividade articulou-se com a ideia de poder ilimitado dos meios.

Envolvidos pelo mesmo contexto histórico, Adorno e Horkheimer criticaram a cultura de massa, mas, não consideraram que a dimensão técnica em si fosse responsável pela dominação. A causa do poder localizava-se na luta de classes. Entretanto, eles sofreram críticas quanto à permanência do elitismo em suas análises ao descreverem um sistema fechado aprisionando as classes populares.

Defensores de Adorno e Horkheimer afirmam que sua teoria é dialética e oferece abertura (Lima, 2005)². O iluminismo perdeu seu potencial libertador porque o sistema capitalista é capaz de “retirar a virulência dos fatores que o negam e o contestam”. O capitalismo ao ‘absorver’ os elementos que minam as suas bases, “não consegue, entretanto, desfazer as contradições por ele mesmo geradas” (Lima, 2005, p.167). O sistema sim absorve os vírus que o atacam, percepção, que retorna com vigor em análises críticas atuais (Boltanski & Chiapello, 2009), mas, ao fazê-lo não bloqueia a dinâmica social. A arte, mesmo na sua versão ‘industrializada’ mantém-se enredada nas tensões e contradições que envolvem indivíduos em comunicação. Significa que os indivíduos participam, em algum grau, do jogo tenso de dominação e emancipação no campo da cultura e da comunicação.

² Diferentes autores defendem esse resgate da obra de Adorno e Horkheimer: (Girardi, 2007); (Marcondes F., 2008); (Cohn, 1990); (Duarte, 2003) E (Rüdger, 2004).

A valorização das práticas populares de recepção encontra eco na análise de Benjamin sobre a perda da aura da obra de arte (Benjamin, 2005). Para ele a indústria cultural torna próximo o distante (Lima, 2005), propiciando nova experiência estética. Inspirado em Simmel, Benjamin soube valorizar as contradições das práticas culturais que massificam, mas, também proporcionam uma rica vivência estética (Maigret, 2010).

A importância dada às práticas concretas dos indivíduos contribuiu para construção da ciência da ação social. Os agentes sociais passam a ter importância no entendimento dos processos, constituem-se como públicos ativos. Existe uma continuidade entre as experiências individuais e a construção da realidade social, paradigma não unânime.

Com a Escola de Chicago, a *Mass Communication Reserch* e Lazarsfeld a concepção dos ‘efeitos diretos’ dos meios de comunicação sobre a audiência foi suplantada pelo princípio de uma influência persuasiva indireta, limitada e dependente do contexto do receptor. Introduce-se a “visão que concede aos públicos reflexividade e escolha adaptativa” (Maigret, 2010, p.120). Ainda que o foco nos ‘efeitos’ tenha se mantido, descobre-se nos agentes a capacidade de selecionar, mas, não como mera reação aos estímulos prévios e sim a partir de suas necessidades e interesses (Katz, 1990 apud Maigret, 2010). A análise não coisifica mais os meios técnicos, eles não exercem controle absoluto.

A perspectiva dos ‘efeitos limitados’, entretanto, se ilude ao reivindicar uma neutralidade analítica, postura que implicou na desconsideração das relações de poder que envolvem o processo comunicativo. A análise assumiu um tom acrítico, envolvida pela pretensa neutralidade funcionalista. O sujeito é capaz de refletir, mas, atua atendendo às necessidades funcionais do sistema.

A valorização dos sujeitos como agentes que participam da produção de sentido, ganha reforço nas teorias de Goffman e Certeau. Goffman valoriza a experiência comunicativa cotidiana. O indivíduo desempenha papéis sociais contextualizados e táticos, pois, seu ‘eu’ não necessariamente coincide com o papel desempenhado (Rezende, 2007).

A percepção de táticas na experiência das classes populares é referendada por Michel de Certeau (Maigret, 2010). Certeau desqualifica as leituras de submissão dos públicos populares às mensagens midiáticas. Observando as práticas populares, as ‘artes de fazer’, ele encontra ações de resistência do público ao consumir os produtos culturais, são pequenas subversões, nomeadas por ele de ‘*braconnage*’. A relação de produção e consumo simbólico é tensa e envolve a mobilização de competências que variam conforme as características identitárias dos públicos (Certeau, 1994). O agente é capaz de refletir sobre sua situação estratégica e desenvolver táticas frente aos constrangimentos comunicativos. Isto envolve a construção de identidades contestadoras a partir de contextos interativos.

A valorização da capacidade reflexiva do ‘sujeito’ avança com os ‘Estudos Culturais’ que conferem importância às práticas dos públicos. O público popular não absorve sem resistências os conteúdos midiáticos. Muda a equação: atores sociais, mídia e poder; na esteira da crítica da cultura como superestrutura reprodutora das relações de produção e também da revisão do conceito de ideologia (Thompson, 2011). O princípio da contradição é valorizado e conduzido ao campo cultural e ideológico. A hegemonia não é uma construção simples, ela é perpassada por tensões. Os dominados também atuam no processo tornando-o complexo. Este recurso analítico é fundamental para relacionar a experiência cotidiana, autônoma, e o campo macrossocial com suas práticas dominantes relativamente estáveis.

Hall, perpetuador dos Estudos Culturais, observa formas diferenciadas de decodificação das mensagens midiáticas pelos públicos, mais ou menos próximas da codificação do emissor (Hall, 2003). O receptor, contextualizado culturalmente, ‘negocia’ o sentido das mensagens. O sujeito não está mais fixado social e culturalmente, tampouco, se vê a si mesmo de modo estável (Hall, 2002). A fluidez da identidade coloca o sujeito frente aos constrangimentos dos sistemas culturais que o interpelam

reivindicando identificações. O sujeito pode lançar mão de ‘narrativas de si’, enfim, de identidades táticas elaboradas em contextos interativos. Situação que politiza a construção de identidades e articula as dimensões subjetiva e objetiva da experiência social (Rezende, 2007) (Woodward, 2009). O campo cultural é perpassado por disputas discursivas sobre o reconhecimento de si e a nomeação do ‘outro’. Daí a importância em se valorizar a pluralidade e a polissemia na abordagem da produção e recepção midiática.

O reconhecimento da autonomia relativa das classes populares na apropriação dos produtos culturais de massa fez surgir um debate: Até que ponto os sujeitos têm liberdade para atribuir sentidos aos bens simbólicos massificados? A perspectiva de Bourdieu insiste na dominação que molda o consumo cultural. No lado oposto estão as teorias da recepção e da midiacultura.

Pensamos ser possível articular o referencial que valoriza a reflexividade dos atores no cotidiano da recepção com a perspectiva que não perde de vista o campo da dominação simbólica. Objetivo que não deve ser buscado via conciliações forçadas. Trata-se de olhar os conceitos como ferramentas teóricas que podem ser estendidas, trabalhadas, conforme as necessidades de pesquisa.

É no edifício construído para análise do campo de produção, circulação e consumo de bens simbólicos, que Bourdieu apresenta uma teoria social sofisticada e ajustável à reflexão sobre a mídia (Girardi, 2007).

O campo cultural é marcado por disputas, tanto entre produtores quanto entre consumidores de bens simbólicos. Significa que as apropriações e interpretações não estão previamente garantidas por manipulação dos grupos economicamente dominantes. A dimensão cultural é relativamente autônoma. As formas de consumo simbólico dependem do conjunto de disposições construído nas disputas. Disposições que adquirem estabilidade e favorecem o sucesso dos produtores, pois, operam como *habitus* incorporados pelos sujeitos. As possibilidades de ‘lucro’, sucesso na imposição de padrões de gosto, são maiores na comunicação mediada, típica da indústria cultural, pois, seus procedimentos operam na criação de pré-disposições sociais e ideológicas favoráveis às aquisições acríticas.

A construção de sentido nas práticas de consumo está articulada aos lugares sociais ocupados pelos sujeitos, significa que Bourdieu desmistifica a técnica. Os sujeitos se inserem em múltiplas instituições, frequentam diferentes círculos sociais, o que equivale aos campos sociais bourdianos (Woodward, 2009), tais inserções implicam em escolhas relativamente autônomas, a partir de recursos materiais e simbólicos. As múltiplas inserções proporcionadas pela sociedade moderna podem contribuir para a formação de uma personalidade sofisticada. Os diferentes círculos oferecem subsídios às escolhas individuais e favorecem a não absorção absoluta do indivíduo por nenhum círculo exclusivo (Simmel, 2006); ou seja, ainda que o sujeito se veja constringido por disposições presentes no campo cultural, ele tem recursos para reflexividade.

Mas o jogo no campo cultural é desigual, práticas discursivas interessadas impõem formas de reprodução das hierarquias. A violência simbólica limita as ‘escolhas’ e promove exclusões. Apesar de Bourdieu enfatizar as estruturas em detrimento da ‘reflexividade’, sua teoria reivindica lugar na sociologia das práticas reflexivas. Para seus defensores, o modelo bourdiano não é fechado, ele prevê uma margem de autonomia aos sujeitos e suas práticas, pois, considera que os diferentes campos e, em particular o simbólico, estão perpassados por tensões, conflitos e relações de força. As bordas ou franjas do campo ofereceriam espaços e oportunidade de ação estratégica.

As teorias da recepção contemporâneas inspiram-se nos ‘Estudos Culturais’ e nas reflexões de Michel de Certeau. Elas consideram que frente à dominação cultural os receptores têm autonomia para negociar o sentido das mensagens a partir dos seus contextos sociais, dos tipos de inserção, enfim, das suas identidades. Valoriza-se, a pluralidade dos públicos e a riqueza de suas experiências reflexivas como suporte para polissemia dos conteúdos midiáticos.

A recepção não é vista como um momento, mas, como processo comunicativo em si, fundado na experiência sócio-cultural. Começa antes e termina muito depois do ato de ligar e desligar a televisão (Orozco, 2001). Com o conceito de mediação (Martin-Barbero, 2006) busca-se compreender como a inserção do receptor em determinados contextos sociais: família, comunidade, escola, trabalho etc. compõe suas leituras das mensagens. As mediações compreendem o conjunto de influências que organizam e reorganizam a percepção. A trajetória dos indivíduos e o tipo de inserções sociais operam como variáveis explicativas da construção social dos sentidos no momento do consumo das mensagens. O consumo ritualiza nossa existência e dá sentido às práticas, ele compreende um conjunto de processos sociais e culturais, não se configura como apropriação individual, irracional e da ordem exclusiva do desejo (Canclini, 1998). A recepção é vista como uma ‘situação’ num processo contínuo, condicionado individual e coletivamente (Orozco, 2001). Buscando um enfoque integral da audiência Orozco investiga as multimediações, a conjugação das mediações: televisiva, familiar, escolar etc.

Os estudos de recepção e da ‘midiacultura’ recebem críticas por supostos excessos de autonomia concedidos aos públicos. Marcondes (2008) questiona até o estatuto dos estudos de recepção latino-americanos, pois, ao enfatizarem a construção social dos sentidos deixaram de analisar o processo comunicacional em si.

Os críticos também manifestam inconformismo quanto ao tratamento demasiado estável, até mesmo fixo, às identidades, o que remeteria a um essencialismo (Maigret, 2010). O exagero na valorização das culturas populares e os excessos cometidos a partir da leitura de Certeau sobre as táticas individuais conduziriam, até mesmo, à tese do individualismo liberal, segundo a qual, impera a livre escolha no mercado liberal da cultura. Também a ênfase na noção de identidades fluídas e na autonomia do receptor, levou a leituras banais sobre a construção de sentido (Maigret, 2010).

Na revisão do debate fica evidente a centralidade da comunicação nos conflitos contemporâneos. A dificuldade está em articular a dimensão das práticas dos sujeitos e os processos de poder presentes na experiência social e cultural. O enfrentamento deste desafio solicita a adoção de uma concepção ampliada de poder e democracia que implique incorporar o problema das identidades (REIS, 2002) e das disputas que elas suscitam na esfera pública. O que exige apreender as relações de poder para além da contraposição de classe, incorporando, a interseccionalidade entre, principalmente: classe, etnia, geração, sexualidade e gênero.

III – Comunicação, aculturação e identidade

A partir de Boltanski e Chiapello (2009) penso a aculturação como a capacidade adaptativa presente nas relações de poder de um determinado período histórico. Ou seja, dentro de uma formação discursiva a capacidade de absorção das resistências e, até mesmo, a técnica de resignificá-las pode ser entendida como uma prática de aculturação. Mais do que hibridismo cultural, ‘aculturação’ explica a habilidade presente nas relações de poder de incorporação das críticas formuladas nas manifestações de resistência. Procedimento que, por um lado, desarma as resistências, por outro lado, promove reconfiguração nas relações de força. Aculturação é o processo pelo qual se incorporam ao jogo discursivo ideias que inicialmente lhes eram estranhas e até mesmo hostis. Isto faz com que as identidades elaboradas na resistência possam ser absorvidas, essencializadas, e percam sua força contestadora.

Não se trata de um processo intencional ou manipulativo, pois, mesmo os sujeitos críticos, as subjetividades resistentes, participam, em algum grau, da estabilização dos cenários de dominação. Para Boltanski e Chiapello (2009) o conjunto de crenças que constituem o ‘espírito’ do sistema está inscrito nas ações e ancorado na realidade. O conceito de ‘espírito’ indica a maneira das pessoas se engajarem nas ações, o modo como constroem as justificativas na experiência cotidiana. Essa prática é

comunicativa e pública, pois, trata-se de uma disputa discursiva, e isto é fundamental para perspectiva aqui adotada. Aliás, no que concerne às relações de força presentes no campo midiático, parece mais pertinente pensar a aculturação não como prática ancorada pelo ‘espírito do sistema’, mas, enquanto procedimento presente na formação discursiva, no jogo estratégico entre saber e poder.

No meu modo de entender o conceito de aculturação permite apreender a dimensão da estabilização das relações de poder, mas, não como sinônimo de fixação ou estrutura, pois, supõe um jogo que envolve a capacidade reflexiva dos atores sociais. De um lado ocorre a apropriação das críticas, mas por outro, são geradas mudanças não previamente contabilizadas, enfim, as condições de instabilidade criadas pela prática reflexiva dos sujeitos estão dadas. As formações discursivas solicitam um engajamento ativo, reflexivo não totalmente controlável.

Aculturação envolve um jogo político porque exige a elaboração sobre o que representa o ‘bem comum’, o sentido comum, e sua interiorização para que opere como guia, justificação, legitimação de ações e disposições nas práticas cotidianas. Trata-se de uma disputa pela representação, ou, um conflito discursivo que perpassa o campo da comunicação. As justificativas de engajamento no campo discursivo tentam prevenir a percepção de ameaça às identidades sociais dos indivíduos (Boltanski & Chiapello, 2009). Não é surpreendente que as reivindicações identitárias sejam, parcialmente, acolhidas, inclusive pelos meios de comunicação. Daí a necessidade de recursos teóricos que apreendam o jogo tenso entre, por um lado, a incorporação discursiva das identidades, pelos meios de comunicação, com efeito de anulação de seu potencial crítico e por outro a reflexividade dos sujeitos na tentativa de auto-construção frente aos constrangimentos estruturais.

Minha hipótese é de que o conceito de aculturação, associado ao de identidade, pode servir de ponte entre o micro e o macrosociológico, contribuindo para superação das dificuldades encontradas nos estudos sobre comunicação, poder e sociedade.

As disputas no campo social e cultural são anteriores e articuladas ao jogo político institucional. Os conflitos pelo reconhecimento são alimentados pela distribuição desigual de recursos para acessar as instituições políticas e a própria esfera pública. São enfrentamentos que envolvem o poder discursivo, ou seja, a capacidade de definir-se e, ao mesmo tempo, designar o ‘outro’. Analisar esse jogo exige um conceito amplo de poder, como “interação estratégica, ou (...) busca de afirmação de si” em contextos de múltiplas interações e não só as de classe (Reis, 2002, p.14). É preciso apreender as disputas pela autonomia e identidade, que implicam, a luta pela constituição de si.

As práticas discursivas articuladas às práticas de poder operam a normalização dos comportamentos (Foucault, 1984 e 1985b). O poder normativo disperso horizontalmente pelo todo social constitui sujeitos sujeitados, ou, subjetividades normalizadas. Mas, essa constituição supõe fluxo de poder perpassando os sujeitos, o que possibilita resistências, ou seja, contraposição de forças. Os dispositivos de saber e poder convidam os sujeitos a participarem de sua engrenagem produzindo identificações a partir do próprio material fornecido por eles, como por exemplo, a fala (exposição de si). A fala sobre si mesmo, neste caso, não é da ordem da reflexividade, não viabiliza o exercício de autonomia comunicativa, ao contrário, favorece a sujeição, a identificação a papéis que referendam as normas sociais e suas hierarquias.

O poder microfísico disperso nas instituições sociais articula-se ao poder soberano. Foucault chamou de governamentalidade o conjunto de práticas de atenção à vida das populações que opera entre a esfera do Estado e os corpos dos indivíduos. A governamentalidade gera as condições de codificação e decodificação dos múltiplos fluxos de energia que circulam na sociedade. Governar é estabelecer as necessidades e adequar as pessoas a elas, procedimento de normalização, ou, biopoder (Foucault, 1979). Por meio de táticas diretas e indiretas a população é, ao mesmo tempo, instrumento de governamentalidade, pois, os indivíduos participam das práticas de poder que perpassam seus corpos, e alvos de governo. Significa que o sujeito está numa posição estratégica no jogo de forças. A

normalização da população combina, biopoder e Estado, num triângulo cujos vértices são: “soberania, norma e gestão governamental” (Foucault, 1979, p.291).

Frente aos impasses na relação entre comunicação, indivíduo e poder, essa perspectiva contribui para superar os limites das análises que ora enfatizam a dominação, ora lançam mão da autonomia. A concepção de governamentalidade pode reforçar o conceito de aculturação, contribuindo para a mediação analítica entre o plano micro e macrosociológico nos processos comunicativos.

Se quisermos melhor compreender as relações complexas entre os públicos e os conteúdos midiáticos, mais do que focalizar a resistência nas relações de poder, é necessário investigar o sujeito na sua luta pela autonomia, ou seja, pela ‘constituição de si’ a partir de uma ‘ética própria’ (Foucault, 1985).

Se o poder é relação de forças significa que a liberdade está implicada nele. O fato de a liberdade estar na equação é que viabiliza lutar. Liberdade não é um objetivo longínquo a ser buscado, é condição que permite estar numa relação de forças.

A liberdade possibilita a auto-negação, a não identificação, ou seja, o exercício da autonomia no sentido da auto-criação de uma ética de si. O sujeito está em condição de recusar a identidade que foi construída para ele. A recusa não opera por um mergulho para dentro de si, ou na astúcia de colocar-se ‘fora’ alcance do poder, mas, pela percepção da subjetivação pelas práticas de poder e saber³.

O princípio da auto-constituição articula-se à idéia de inexistência de um ‘eu’ nuclear que sirva de modelo, pois, se este padrão existisse retomariamos a crença nas ‘verdades’ e nos guias que nos conduziram à salvação. Hall e Bauman partilham esta concepção de identidade não essencialista.

A auto-criação combina ética e estética, pois, trata-se de dar a si mesmo um estilo. Constituir-se, dar a si uma ‘identidade’ não significa partir do zero, nem estar numa condição de autonomia absoluta. Ao contrário é estar em condição de selecionar da herança social, dos constrangimentos, o que pode ser negociado, enfim, preservado ou descartado estrategicamente.

O empreendimento sobre si não está na ordem do egoísmo porque é uma construção social. O material usado nas ‘práticas de si’ não provém da interioridade, mas, da cultura. A autoconstituição tem um aspecto privado, mas, também tem uma dimensão pública, de reconhecimento. O cuidado de si está implicado no cuidado para com os outros. A arte do autogoverno envolve as relações de poder com os outros, o autodomínio e a recusa da dominação. Não é o campo da imoralidade, ou seja, da incapacidade de aceitar o outro, pois, autocriação ética implica em governar a relação com o outro (Wain, 2008).

O empreendimento proposto se faz plausível a partir de uma concepção ampliada de poder e de democracia, capaz de relacionar os conflitos de identidade no campo micro-social com as relações de poder presentes em formações relativamente estáveis de poder. É preciso lançar mão de ferramentas que apreendam as relações de força presentes no jogo entre diferença e igualdade sem perder de vista as formações históricas recorrentes que operam como dispositivos. A esse propósito é sugestiva a releitura da obra de Foucault feita por Revel (2005a e 2005b). Ao contrário das interpretações correntes, não existe uma ruptura entre as obras arqueológicas e genealógicas de Foucault, tampouco, a negação por parte do autor, na sua maturidade, das suas obras iniciais onde analisou formações históricas de longo alcance denominadas ‘épistèmes’.

Revel, principalmente ao apontar a relação implícita entre o pensamento de Foucault e Merleau-Ponty, nos oferece elementos conceituais para articulação entre as abordagens macro e micro presentes na obra de Foucault, sem que isso signifique a introdução inoportuna do ‘estruturalismo’ na reflexão foucautiana ou mesmo na análise do campo midiático. Na sua abordagem Revel reinterpreta a

³ Foucault, ao contrário do que muitos propalam, coloca-se dentro do projeto iluminista kantiano (Senellart, 1995) (Wain, 2008) (Revel, 2005), pois, a auto-construção de uma ética não dispensa regras morais e se dá na relação com o outro.

concepção de diferença, descontinuidade e história em Foucault. Por esse caminho demonstra que a existência de relações de força localizadas, não impede a formação de homogeneidades transversais. Essas por sua vez não são anteriores, não aparecem como estruturas prévias, como invariantes a-históricas, antes, são justapostas. A contribuição desta filosofia também aparece ao mostrar a possibilidade de pensar a unidade do diverso sem que esta unidade esteja pré-dada. Ou seja, é possível pensar em sujeitos coletivos, identidades coletivas, ou mesmo comunidades, sem que os próprios sujeitos sejam derivados de uma essência unificadora, como: raça, gênero ou classe. Desta perspectiva o poder estabelece uma relação interna com a resistência e se exerce sobre homens livres, logo, a resistência não se dá a partir de uma posição externa ao jogo de poder. O sujeito, o 'si' é tanto objetivação (sujeição) quanto subjetivação (criação e invenção). É possível olhar as práticas tanto focando os dispositivos quanto as resistências. É viável analisar as condições estáveis, recorrentes e amplas do exercício do poder, ao mesmo tempo em que se observa a resistência sob a forma de elaboração da subjetividade, enfim, da 'construção de si' num processo comunicativo, intersubjetivo. Esse caminho viabiliza a ponte, por exemplo, no campo cultural e/ou midiático, entre o macro e micros social.

Ao se confrontarem com os produtos midiáticos os sujeitos podem produzir sentidos, estabelecer diferenças sem se remeterem a uma estrutura fixa. Mas, não se trata de negar a dimensão histórica do poder, pois, ao mesmo tempo os indivíduos participam da fundação da tradição e a recebem ela de herança.

Pensar a comunicação, portanto, implica olhar as práticas sociais, os conflitos, as negociações que envolvem a elaboração de subjetividades transgressivas, ou, se preferirmos, de identidades contestatórias, que desempenham um papel político no sentido amplo do termo e que implicam, inclusive, a reivindicação de ampliação da esfera pública política (Fraser, 2001). O desafio de constituir-se, refletir sobre si diante do outro é totalmente da esfera da comunicação. Abrir-se ao estranho para constituir-se é ato comunicacional (Marcondes F., 2008).

Os indivíduos estão envolvidos por dispositivos, mas, é justamente esta situação que oferece a eles a oportunidade de conflito, de reinvenção e de novas formas de ação. O pólo da criatividade está no sujeito e não no poder. O que significa valorizar a complexidade e plasticidade das práticas comunicativas. Se o indivíduo participa das relações de poder, ele está em condições de retirar desta participação recursos para refletir sobre si e os outros. Considero que a análise do conceito de identidade e da reflexividade comunicativa nele contido fornece pontes para articulação entre as experiências microssociais e a dimensão macro do campo comunicacional, caracterizado por constrangimentos como aqueles provindos da 'aculturação'.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, T; HORKHEIMER, M (1985). **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar.
- BAUMAN, Zygmunt. (2005). **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- BENJAMIN, Walter. (2005). "A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica". In: Adorno, T. (Outros). **Teoria da cultura de massa**. São Paulo: Paz e Terra.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. (1995). **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes.
- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. (2009). **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF.
- BOURCIER, Marie-Hélène (2011). **Queer Zones: politique des identités sexuelles et des savoirs**. Paris: Éditions Amsterdam.
- BOURDIEU, Pierre. (1989). **O poder simbólico**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand.
- _____. (2007). **A distinção: crítica social do julgamento**. SP: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk.
- CANCLINI, Nestor G. (1998). **Culturas híbridas**. São Paulo: Edusp.

- CERTEAU, Michel de. (1994). **A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes.
- COHN, Gabriel. (1990). "Difícil reconciliação: Adorno e a dialética cultural". *Lua Nova*. Nº 20, maio, pp. 5-18.
- _____. (1973). **Sociologia da comunicação: teoria e ideologia**. São Paulo: Pioneira.
- CORCUFF, Philippe. (1995). **Les nouvelles sociologies**. Paris: Éditions Nathan.
- DUARTE, Rodrigo. (2003). **Teoria crítica da indústria cultural**. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- FOUCAULT, M. (1985). **História da Sexualidade III: O cuidado de si**. Rio de Janeiro, Graal.
- _____. (1985b). **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro, Graal.
- _____. (1984). "Deux Essais sur le Sujet et le Pouvoir". In: Rabinow, Paul e Dreifus, Hubert. **Michel Foucault: Un Parcours Philosophique**. Paris, Gallimard, p. 297-321.
- _____. (1984b). **História da Sexualidade II: O uso dos prazeres**. Rio de Janeiro, Graal.
- _____. (1979). **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro, Graal.
- FRASER, Nancy. (2001). "Repenser La sphère publique: une contribution à La critique de la démocratie telle qu'elle existe réellement". *Hermès*. nº 31.
- GIDDENS, Anthony. (1997). "A vida em uma sociedade pós-tradicional". In: BECK, Ulrich. (Outros.) (Orgs.). **Modernização reflexiva**. São Paulo: Ed. da Unesp.
- GIRARDI Jr, Liráucio. (2007). **Pierre Bourdieu: questões de Sociologia e Comunicação**. São Paulo: Ana Blume/Fapesp.
- GOFFMAN, Erving. (2009). **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes.
- _____. (1991). **Les cadres de l'expérience**. Paris: Minuit.
- GRANJON, Fabien e PARIS, Emmanuel (2009). "A critical approach to French médiacultures theory: Post-critical sociology of media and cultural studies in France". *Global Media and Communication*. London: Sage Publications. Vol. 5 (3). 279-294. Disponível em: <http://gmc.sagepub.com/content/5/3/279> . Acessado em 17/4/2013.
- HABERMAS, Jürgen. (1984). **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- HALL, Stuart. (2003). "Teoria da recepção". In: Idem. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG/Humanitas.
- _____. (2002). **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A.
- JACKS, Nilda; TUFTE, Thomas. (1998). "Televisão, identidade e cotidiano (parte de um projeto integrado)". In: RUBIM, Antônio A. C. (Outros) (Orgs.). **Produção e recepção dos sentidos midiáticos**. Petrópolis, RJ: Vozes.
- KATZ, Elihu. (1990). "À propos des medias et de leurs effets". In: SFEZ, Lucien; COUTLÉE, Gilles. (Orgs.). **Technologies et symboliques de la communication**. Paris: Presses Universitaires de Grenoble.
- LIMA, Luiz C. (2005). "Comentário". In: Adorno, T. (Outros). **Teoria da cultura de massa**. São Paulo: Paz e Terra.
- MACÉ, Éric. (2006). **Les imaginaires médiatiques: une sociologie postcritique des médias**. Paris : Éditions Amsterdam.
- MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria C. P. S. (Orgs.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- MAIGRET, Éric. (2010). **Sociologia da comunicação e das mídias**. São Paulo: Editora Senac.
- _____. (2004). "Sociologie et Communication: vieilles lunes disciplinaires et idées neuves". *Hermès*, nº 38, pp. 111-117.
- MARCONDES F., Ciro. (2008). "Martin-Barbero, Canclini, Orozco. Os impasses de uma teoria da comunicação latino-americana". *Revista Famecos*. Nº 35, abril. Acesso em 12/5/2011. <http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/famecos/article/view/5368/4887>

- MARTÍN-BARBERO, Jesús. (2006). **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.
- _____. (1995). “América Latina e os anos recentes: o estudo da recepção em comunicação social”. In: SOUSA, M. W. (org.). **Sujeito, o lado oculto do receptor**. SP: Brasiliense.
- MATTELART, A; NEVEU, É. (2004). **Introdução aos estudos culturais**. São Paulo: Parábola.
- MICELI, Sergio (2003). “Bourdieu e a renovação da sociologia contemporânea da cultura”. *Revista Tempo Social*. USP, vol. 15, nº 1. maio. pp. 63-79.
- OROZCO, G. (2006). “Los estudios de recepción: de un modo de investigar, a una moda, y de ahí a muchos modos”. In: SAINTOUT, F. e FERRANTE, N. (Orgs.). **Y la recepción: balance crítico de los estudios sobre el público**. Buenos Aires: La Crujía.
- _____. (2001). **Televisión, audiencias y educación**. Buenos Aires: Norma.
- ORTIZ, Renato. (1985). **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense.
- REIS, F. W. (2002). “Democracia, igualdade e identidade”. In: PERISSINOTTO, R.; FUKS, M. **Democracia: teoria e prática**. RJ: Relume Dumará; Curitiba: Fund. Araucária.
- REVEL, Judith. (2005). **Expériences de la pensée: Michel Foucault**. Paris. Bordas.
- REZENDE, Claudia B. (2007). “Identidade e contexto: algumas questões de teoria social”. *BIB*. Anpocs: São Paulo. Nº 64, 2º semestre, pp. 29-41.
- RÜDGER, Francisco (2004). **Theodor Adorno e a crítica à indústria cultural: comunicação e teoria crítica da sociedade**. Porto Alegre: Edipucrs.
- SENELLART, Michel. (1995). “A crítica da razão governamental em Michel Foucault”. *Revista Tempo Social*. USP. Vol. 7, nº 1-2, outubro. pp. 1-14.
- SIMMEL, G. (2006). **Questões fundamentais da sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- THOMPSON, John B. (2011). **Ideologia e cultura moderna**. Petrópolis, RJ: Vozes.
- _____. (1998). **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis. Vozes.
- WAIN, Kenneth. (2008). “Foucault: a ética da autocriação e o futuro da educação”. In: PETERS, Michael A.; BESLEY, Tina. (Orgs.). **Por que Foucault?** Porto Alegre: Artmed.
- WOLF, Mauro. (1995). **Teorias da comunicação**. Lisboa: Editorial Presença.
- WOLFF, Janet. (1999). “Cultural Studies and the Sociology of Culture”. *Contemporary Sociology*. American Sociological Association, vol. 28, nº 5, sep. pp. 499-507. Acesso em 07/10/2011.
- Disponível em:
<http://staff.ui.ac.id/internal/0908050335/material/SOSIOBUDAYAbacaankuliah4Oktober2011.pdf>
- WOODWARD, Kathryn (2009). “Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual”. In: SILVA, Tomaz T. **Identidade e diferença**. Petrópolis, RJ: Vozes.